

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CURSO: BACHARELADO EM JORNALISMO

(MATUTINO E NOTURNO)

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

DESCRIÇÃO DO CURSO

Os cursos de Jornalismo e Editoração conta atualmente com 414 alunos matriculados. Atualmente, o curso de bacharelado em Comunicação com habilitação em Jornalismo possui 161 alunos no período matutino e 178 alunos no noturno, totalizando 339 estudantes. O curso de bacharelado Comunicação Social Com habilitação em Editoração possui 75 alunos no período matutino (dados de 2014). [Fonte: Relação de disciplinas por curso - Sist. Júpiter Recad - 20/02/2015].

Para formar os futuros profissionais da área, atuam em regime de contratação pela USP 31 professores, sendo 28 docentes e três seniores.

Três laboratórios dispõem de equipamentos que possibilitam uma inserção inicial do aluno em atividades práticas, atendendo a requisitos didático-pedagógicos. São eles: o Laboratório de Redação Informatizada (Labri) Wladimir Herzog, redação dos jornais-laboratório, o Laboratório de Fotojornalismo e o Laboratório de Meios Eletrônicos, compreendendo as atividades de radiojornalismo e de jornalismo televisivo.

Como produtos resultantes das atividades didático-pedagógicas, o CJE edita o boletim AUN, de sua Agência Universitária de Notícias, o jornal São Remo, o Jornal do Campus, a revista Babel e programas jornalísticos para rádio e TV. O boletim da AUN é enviado para um mailing com quatro mil endereços eletrônicos de diversos veículos de imprensa brasileiros do país. O jornal Notícias do Jardim São Remo mantém importante atividade de extensão, cobrindo com suas matérias o Jardim São Remo, onde reside uma população de cerca de 13 mil pessoas, a maioria de renda baixa, sendo que várias delas trabalham na USP. O Laboratório de Fotojornalismo opera em conjunto com as atividades de produção de outras disciplinas e promove, frequentemente, exposições fotográficas de alunos de ambos os cursos do Departamento.

O Jomal do Campus já se firmou como importante veículo jornalístico no âmbito da Universidade de São Paulo e circula, quinzenalmente, com 10 mil exemplares. Em reunião anual da Intercom, (Ano 2000, em Manaus), o jornal foi premiado como o melhor veículo impresso de sua categoria, a das escolas superiores de comunicação do Brasil. Encartado no JC, o Suplemento Claro visa proporcionar aos alunos atividades práticas de pautas, reportagens, cobertura de noticiário e matérias analíticas sobre temas diversos do jornalismo diário.

A revista Babel, semestral, atualmente é publicada online, o que ampliou seu número de leitores.

PERFIL DO ALUNO

O aluno do curso de Jornalismo é formado para que possa atuar como profissional em todas as formas de difusão de notícias e assessoramento de processos comunicacionais entre empresas jornalísticas e público externo, além de outras atividades específicas de sua profissão. A atuação profissional do egresso do curso de jornalismo da ECA/USP articula tanto as competências e habilidades teóricas e técnicas como também valores éticos de defesa da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade.

O estudante do curso de Jornalismo percorre uma carreira discente na sequência semestral das suas estruturas curriculares para que se torne um profissional competente em qualquer uma das funções abrangidas pelo mercado profissional, desde a captação do fato até a sua veiculação.

Perante a sua importância na formação e no desenvolvimento do profissional, o conteúdo ético oferecido ao aluno do CJE é disseminado em todas disciplinas, principalmente nas práticas, que permitem a discussão viva de valores dessa natureza. O curso de Jornalismo da ECA não pretende formar um técnico em Jornalismo, mas

sim preparar profissionais participantes, dotados da capacidade de gerar e assimilar conhecimentos novos e pioneiros na área, além de reconhecer a importância de fatos sociais que sejam motivadores de mudanças em benefício da coletividade. Entendemos que estes valores são fundamentais na formação universitária, tendo em vista que a profissão cada vez mais sofre pressões constantes de um mercado marcado pela oligopolização e tendência à globalização, que gera pressões externas e internas ao trabalho do jornalista, muitas delas marcadas pela defesa de interesses particulares e não coletivos. O suporte teórico centrado na defesa dos valores da ética e da cidadania é fundamental para que o profissional formado tenha uma visão crítica que possibilite afastar-se de uma razão instrumental e excessivamente pragmática.

Por esta razão, os projetos laboratoriais não se limitam a simular o mercado, editando veículos impressos ou eletrônicos dentro de uma periodicidade definida e contendo notícias atuais, elaboradas segundo técnicas de difusão correntes. Eles são planejados para que sejam veículos socializadores de informações e notícias de interesse para públicos definidos e para que sejam avaliados constantemente por meio de métodos e técnicas que permitam ao aluno a compreensão da importância do trabalho continuado de aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Dentro do possível, os laboratórios de Jornalismo procuram estar atualizados com as novas técnicas, para que possam fornecer aos alunos o domínio da linguagem e dos instrumentos necessários à modernização das práticas profissionais.

HISTÓRICO

O Departamento de Jornalismo e Editoração é uma das seis unidades pioneiras da então chamada Escola de Comunicações Culturais da USP, criada pelo decreto estadual no 46.915, de junho de 1966.

Os alunos aprovados no primeiro vestibular do curso, em 1967, foram agrupados em duas turmas, ambas com 30 alunos, uma no período matutino e outra no vespertino. O departamento foi implantado oficialmente na estrutura da antiga Escola de Comunicações Culturais (ECC), em 05 de fevereiro de 1968, com um número reduzido de professores.

Com a reforma universitária aprovada em 1970 (Decreto 52.326, de 16 de dezembro de 1969), a ECC passou a chamar-se Escola de Comunicações e Artes (ECA) e o seu Departamento de Jornalismo foi ampliado para Jornalismo e Editoração, com a criação do curso de Produção Editorial. Este novo curso, porém, só iniciou suas atividades em 1972.

Nesse mesmo ano, foi criada a pós-graduação *stricto sensu* de Ciências da Comunicação, na qual o jornalismo veio a constituir uma sub-área. Atualmente, com a reestruturação dos cursos de Pós-Graduação ocorrida na Escola em 2003, as sub-áreas de jornalismo e editoração foram extintas, passando seus docentes credenciados a orientar em outras das novas áreas do novo curso.

Em seus 32 anos de atividades, o departamento já formou um total de 1.966 bacharéis em jornalismo e 377 em Editoração. [Fonte: Serviço de Graduação - Levantamento de 1970 a 2014].

Na pós-graduação, também se destaca a grande produção científica do CJE, juntamente com a habilitação de pesquisadores, tendo formado até 2003, um total de 212 mestres e 86 doutores.

O processo educacional que caracteriza o Departamento de Jornalismo e Editoração desdobra-se em duas lógicas - a lógica própria à função acadêmica e a lógica adequada à formação profissional. Ao longo de sua história, o Departamento vem se empenhando na articulação da formação acadêmica com a profissional,

proporcionando uma reflexão sobre o mercado de trabalho, mas sem se submeter diretamente às suas exigências, geralmente imediatistas.

Em 1993, para se adequar às projeções de um curso que atendesse a uma práxis ética, intelectual e profissional vinculada ao exercício do jornalismo, foi implantado um novo currículo, assentado em fóruns, pesquisas e sugestões de 14 profissionais renomados das áreas de jornalismo impresso e eletrônico, 28 professores do Departamento e cerca de 140 alunos. O currículo representou uma proposta muito inovadora em termos de Brasil - uma vez que tomou possível que parte da formação do aluno passasse a ser realizada em outras unidades da própria USP, o que proporciona uma visão integrada de universidade. A proposta que reorganizou o processo educativo, concedendo um substancial peso às áreas formativas, procurou estabelecer uma dinâmica mais efetiva na área de formação profissional, visando, deste modo, obter maior eficácia nesse campo. Com isso, o currículo dividia-se em três partes que se completam: a fase introdutória, cobrindo vários campos do conhecimento; a vertente do aprofundamento na formação profissional; e a vertente do aprofundamento na formação complementar.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares do Curso de Jornalismo em 2014, foi necessária uma reformulação da grade curricular. Esta reformulação, entretanto, não foi motivada apenas e tão somente por conta da necessidade de adequação às diretrizes, mas também pela percepção, por parte da direção do curso, de que o jornalismo passa por mudanças profundas na sua forma de execução e de impacto social. Tais mudanças não se referem apenas e tão somente à eventuais novas exigências do mercado, mas principalmente aos dilemas sociais que o jornalismo tem suscitado.

A primeira delas refere-se à relação do jornalismo com o público. É fato que o jornalismo é uma atividade que nasce e se desenvolve pari passu com a sociedade liberal burguesa. Por isto, os valores democráticos liberais estão presentes nos

principais cânones do jornalismo, em particular a defesa da liberdade de expressão. Democracia e liberdade de imprensa são palavras quase que sinônimas e é notável que em sociedades autoritárias, a primeira vítima seja justamente a liberdade de expressão e de imprensa.

Entretanto, as reconfigurações da sociedade capitalista colocam em cheque os valores liberais clássicos, principalmente com a transferência paulatina do poder das estruturas políticas institucionais para as estruturas do capital. Ao mesmo tempo, o jornalismo há muito já não vive mais os primórdios da fase publicista e do esclarecimento, foi incorporado pela lógica do capital e as regras de mercado passam a ditar várias das suas normas e rotinas produtivas. Mercado este que em uma fase concentrada e oligopolizada sequer é autocontrolado pela concorrência interna.

Por esta razão, um curso de jornalismo que se pretende articulado com a defesa dos valores da cidadania e da ética deve necessariamente, ir além do mercado. A formação superior do jornalista tem como objetivo proporcionar a este profissional elementos teóricos e reflexivos necessários para que se posicione autonomamente ante a estes processos de poder e possa usar suas competências e habilidades em prol da construção de uma sociedade democrática e mais justa.

Por isto, há uma preocupação de articular as dimensões teóricas e práticas. Primeiro, porque a teoria é necessária para que se construa uma capacidade de abstrair a realidade vivida e que a reflexão (refletir o já feito) seja uma constante na atividade prática do jornalista, em uma perspectiva próxima a que a filósofa Agnes Heller coloca, de teorizar criticamente o cotidiano.

A grade do curso tem como princípio articular, em todos os semestres, conteúdos teóricos e laboratoriais. Com isto, procura se quebrar com uma visão funcionalista de que é necessário primeiro o conhecimento teórico para posteriormente a realização prática. Embora didaticamente há esta divisão entre teoria e prática, o pressuposto do curso é que ambas dimensões devem se articular em todas as

disciplinas, ainda que haja predominância de uma dimensão em cada uma delas.

A seqüência dos laboratórios segue do jornal comunitário, por ter este foco no público, passa pela agência de notícias (foco nas fontes), Jornal do Campus (foco em todo o processo do fazer jornalístico) e se ramifica no jornalismo de cunho mais especializado em termos de linguagem e abordagem (suplemento) e na grande reportagem (revista). Na mesma seqüência, seguem as produções em rádio, TV, on line, além de outras atividades jornalísticas não necessariamente vinculadas as mídias tradicionais, como a comunicação organizacional e a assessoria de imprensa.

A formação não se esgota na sala de aula. Por esta razão, a grade contempla também atividades de extensão e pesquisa realizadas pelos alunos, por meio das Atividades Complementares, e também incorpora o Estágio Supervisionado a partir do quinto semestre, de acordo com o previsto nas Diretrizes Curriculares. As duas atividades extra classe são regidas por regulamento próprio.

As possibilidades garantidas pela Resolução 3045 e as aberturas criadas pela cooperação de algumas unidades já tomaram possível a estruturação de elencos de disciplinas em cada um dos quatro campos complementares, entre as quais o aluno - sob a orientação de um sistema de tutoria - compõe, de modo optativo, a sua carga individual, podendo, para isso, frequentar disciplinas em qualquer turno e unidade da USP.

O oitavo semestre é integralmente dedicado ao Trabalho de Conclusão de Curso, o qual, por seu grau de exigência conceitual, técnica, estética e metodológica, constitui um período importante de aperfeiçoamento na formação universitária e na capacitação profissional dos graduandos. Por esta razão, o TCC será precedido da discussão e elaboração de um projeto de execução do mesmo a ser realizado um semestre antes.

DESCRIÇÃO PROFISSIONAL

O jornalista tem seu mercado de trabalho principalmente em jornais, revistas, televisão, rádio, assessorias de imprensa, agências de notícias e, a partir da década de 1990, nas publicações disponíveis nos sites da web.

Nestes meios, deve estar apto para participar do processo editorial em todas as etapas (da pauta ao fechamento) como profissional indispensável no planejamento, edição, captação e elaboração de textos jornalísticos (notícias, reportagens, análise e comentários) e sua difusão; e, especificamente no caso da informação disponibilizada em rede (Internet), apto para atuar num novo espaço de comunicação, no qual o conceito de periodicidade, característica da atividade jornalística, vem sofrendo alterações: o fechamento, neste espaço, dá lugar à atualização constante das informações.

Assim, o jornalismo faz parte hoje de uma gama cada vez maior de ações e práticas de disseminação do conhecimento e da informação que se verificam nos mais diversos planos e pelos mais diversos meios, sob a designação genérica de comunicação social. Paralelamente, vem se disseminando o princípio de que a informação é um dos direitos fundamentais do homem e da sociedade como um todo. Assim, o que deve caracterizar o jornalismo e o jornalista no atual universo da comunicação é a legitimidade (ainda que nem sempre a efetividade) do seu compromisso com o interesse público e com a verdade.

PROJETO PEDAGÓGICO

O novo curso de jornalismo prevê algumas mudanças, estabelecidas como obrigatórias pelos novos DCNs: mudança do nome do curso para Bacharelado em Jornalismo, obrigatoriedade do estágio supervisionado e da realização de atividades

complementares.

Na maioria das demais formas de comunicação prevalece a legitimidade da defesa dos interesses particulares, ainda que mediada cada vez mais pelo interesse público. O jornalismo em vigor nos países avançados tem sido o veículo mais capaz de levar às últimas conseqüências o novo princípio do direito da sociedade e do indivíduo à informação. Esse princípio nada mais é do que a institucionalização e universalização da ética do jornalismo clássico-liberal, atualizada numa ética a serviço da sociedade como um todo, em vez da ética historicamente datada, a serviço da burguesia liberal em rebelião contra o Estado absolutista.

Dessa ética específica decorrem direitos e deveres. Trata-se de uma ética em que o meio (Jornalismo) confunde-se com seu próprio fim. Essa ética é diferente e frequentemente antagônica às éticas subjacentes a ações de comunicação social que são entendidas como meios para atingir determinados fins particularistas ou praticadas a serviço de certos projetos de poder. Essa dimensão no campo da ética é fundamental em nosso projeto pedagógico, já que o jornalismo, assim demarcado, tem como referencial o espaço e o interesse público e como campo de ação privilegiado o conjunto social-político.

Nesse conjunto, o jornalismo desempenha um papel insubstituível na construção democrática, como disseminador dos fatos de interesse público, da informação e do conhecimento, na vigilância dos atos do poder e na proteção aos direitos humanos fundamentais, hoje entendidos como valores universais. Essa proposta de demarcação atende à principal demanda da sociedade brasileira, hoje, que é a da democratização da própria informação. Interesse público aqui não se confunde com "interesse do público" que costumeiramente é utilizado pelas empresas de comunicação para justificar produtos de grande recepção mercadológica e duvidável relevância. O conceito de interesse público se refere a fenômenos que direta ou indiretamente afetam a vida da maioria das pessoas. Ainda que tais fenômenos, de imediato, tenham menos

apelo social pela sua complexidade, compete ao jornalista o papel de dissecá-los e apresentá-los à sociedade demonstrando a sua importância e o seu impacto na vida dos cidadãos.

O aluno de jornalismo deverá, portanto, receber todos os estímulos, informações e treinamento que o equipem para o exercício dessa relação social demarcada do ponto de vista ético e abrangente na perspectiva profissional-funcional, ou seja, comprometido, através de uma mesma ética, com as variadas demandas informativas da sociedade.

A eficácia do curso de jornalismo será tanto maior quanto mais ele contribuir para a formação desse ser epistêmico e para a construção dessa demarcação. Entendemos o aluno não como objeto de uma proposta formativa, mas como sujeito de um processo, como portador de seus próprios ideais e concepções de mundo, com valores sedimentados ou não e com perfis particularizados. Assim, esta proposta deve dar ao aluno condições de autoconhecimento, de reconhecimento de seus valores e desenvolvimento de formas de relacionamento desses valores com a ética e os princípios indispensáveis ao exercício do jornalismo. Para isso, entendemos que o jornalista deve ter uma formação sólida, que pressupõe autonomia intelectual e pronunciado espírito crítico.

A demarcação proposta até aqui institui um conflito com o mercado, não apenas no seu sentido estrito de espaço mercantil dos meios de comunicação, mas incluída a grande variedade de demandas de comunicação da sociedade brasileira, que se verifica no âmbito de sindicatos, partidos políticos, associações de bairros, entidades da sociedade civil, empresas privadas não jornalísticas e determinadas agências do aparelho de Estado.

A proposta de demarcação do curso de jornalismo e de definição do jornalista como novo ser epistêmico aqui preconizado assume a necessidade desse conflito como requisito mesmo de uma mudança de qualidade no jornalismo brasileiro e de um

avanço no processo de democratização da informação.

O mercado, no conceito ampliado, é aceito como realidade objetiva, espaço dado e necessário à realização jornalística. Não se trata, porém, de um espaço de regras imutáveis às quais o jornalista deva se adaptar, mas de um espaço em que ele deve intervir como parte de sua participação geral na sociedade. A relação do jornalista com o mercado deve ser de compreensão e reflexão crítica no sentido de saber atuar dentro deste contexto mantendo a sua autonomia intelectual.

Ao contrário de algumas concepções que procuram equalizar a informação produzida no âmbito do mercado à produção de mercadorias em geral, negando a diferenciação ética e negando, no limite, o potencial do jornalismo, a linha de trabalho do curso postula que a mercadoria informação não deve ser subordinada às leis gerais da circulação de mercadorias, ainda que condicionada em algum grau por essas leis. A proposta curricular apresentada não nega o mercado; aceita-o como dado de realidade, sem, necessariamente, legitimar todas as suas diretrizes atuais. Assim, propõe-se a estabelecer com o mercado um "conflito produtivo", na conceituação weberiana, que resulte em ganhos para o jornalismo, para o jornalista e para a sociedade.

A necessidade desse "conflito produtivo" é autônoma, no sentido de que é vital para a dinâmica do processo democrático, independentemente de ser também a solução encontrada para o conflito das teses "jornalismo para o mercado" versus "jornalismo contra o mercado".

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DE ACORDO COM AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES

Objetivos Gerais

O Brasil está em busca de novos caminhos e enfrenta desafios para a modernização de sua infraestrutura, da estabilização política e econômica, da justiça e inclusão social, além do aprimoramento da democracia nacional. Essa procura passa necessariamente por uma política que torne a sociedade cônica de seus direitos e obrigações, elementos indispensáveis para a construção da cidadania, principalmente, quando se observa a tendência de atribuir responsabilidades às comunidades locais e regionais. Essas responsabilidades incluem desde o planejamento regional até a aplicação de recursos públicos que possam atender às necessidades urbanas e rurais das microrregiões administrativas. Em última instância, busca-se no Brasil a promoção de um tecido social que caminhe para a valorização política, administrativa e econômica com fundamento nas características das comunidades e do espaço ambiente onde elas estão inseridas. Não é por acaso que se fala em voto distrital, que renascem as organizações de desenvolvimento de regiões com características geográficas próprias ou se criam associações reunindo comunidades com características similares.

Antecedendo essa nova textura social, os meios de comunicação se organizam regionalmente e serão a um só tempo alavanca que impulsionará o surgimento dessas comunidades; bem como o interstício válido para mantê-las unidas em seus propósitos e o porta-voz de suas histórias e reivindicações. Essa tendência não é nova. Em 1993 a Marplan realizou pesquisa para a Associação de Jornais do Interior de São Paulo (Adjori/SP) e constatou enorme influência dos jornais locais quando comparados à penetração dos jornais da capital nas comunidades. Tomando como exemplo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, a pesquisa constata que a distribuição média desses jornais, em 625 municípios, alcançava 222 exemplares para Folha e 129 para o Estado, contra 3.900 exemplares de tiragem média de jornais locais. De acordo com os dados daquela época, havia 355 municípios com jornais, com um total de 749 veículos impressos e uma tiragem média de 2.921 mil exemplares e 8.763 mil leitores estimados.

Outra prova da importância da comunicação comunitária pode ser constatada no estudo de Valéria Uchôa (1996, p. 119-134). A autora reproduz a declaração de um experiente profissional de jornalismo, Rodolfo Martino, que afirma: se for para discutir alguma coisa sobre o bairro, o jornal de bairro tem de ser mais autoridade do que qualquer veículo da grande imprensa, porque tem maior intimidade com os fatos jornalísticos de interesse da comunidade onde circula.

Essa tendência, recente no Brasil, aconteceu nos Estados Unidos no final da década de 1970. Em um seminário acontecido na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, o professor Lewis A. Friedland afirmava que muitos jornais e redes locais de televisão simplesmente seguirão a tendência rumo às matérias mais leves e resumidas, buscando desta forma atrair uma audiência maior e mais jovem. Outros, em menor número, forçados pelos baixos índices de audiência, estavam reinventando o noticiário local, buscando oferecer o tipo de profundidade que outros meios de comunicação não podem oferecer.

Carlos Castilho, em matéria publicada no Boletim do Instituto Gutenberg (Ano III, número 15, maio/julho de 1997), afirma que pesquisas sobre a credibilidade da imprensa realizadas por instituições americanas chegaram à conclusão de que os leitores estavam se sentindo marginalizados e frustrados com a política nacional, mas mostravam um grande interesse nas questões locais, o que deu origem ao chamado jornalismo de interesse público, que busca responder à tendência manifesta dos leitores fazendo com que os jornais retomem o contato com a comunidade, descobrindo o que os leitores querem, e abrindo espaço para discussão dos temas de interesse público.

É basicamente nesse contexto que se pretende encaminhar a habilitação Jornalismo do Departamento de Jornalismo e Editoração, da Escola de Comunicações e Artes: um curso voltado para a comunidade, em sua acepção mais ampla, para satisfazer os anseios da população na construção da cidadania. Paralela a esta

preocupação de natureza social, por estar localizada em um dos pólos de maior desenvolvimento regional do país, a estrutura do curso privilegia as novas tecnologias com a existência de laboratórios que atendam às mais avançadas técnicas disponíveis no país e a formação de profissionais aptos a divulgarem as novas tecnologias como instrumentos de inclusão social e democratização política.

Objetivos Específicos

Formar profissionais capacitados para atuarem em assessorias e empresas públicas ou privadas de jornalismo, competentes para desenvolver e editar mídias jornalísticas com suportes impressos ou eletrônicos. Além dessa formação geral, o curso deverá ter uma estrutura dinâmica, apta a reconhecer e implementar conhecimentos que se mostrem necessários ao desenvolvimento da sociedade em suas mais diversas áreas, permitindo que o jornalista formado esteja apto a realizar coberturas e matérias dirigidas também a públicos inter e intrapares, dentro dos princípios éticos que reconheçam a plena cidadania como meta. Faz parte dessa expectativa a possibilidade de oferecer habilitações que contemplem a sazonalidade do mercado profissional e a formação de jornalistas especializados em áreas determinadas de conhecimento.

Conjunto de aptidões esperadas dos egressos

Não há como negar o papel da mídia como elemento imprescindível e natural, nos dias de hoje, para a formação da opinião pública e como fórum de discussão de temas que fundamentam, constroem e retificam a sociedade moderna.

As várias formas de atuação da mídia jornalística, cada uma a seu modo, exercem inegável atração sobre as pessoas e essa sedução transfere aos produtores

das notícias o papel de serem os articuladores desse fórum responsável pela construção da cidadania. Portanto, a primeira aptidão a ser desenvolvida no aluno de jornalismo é o reconhecimento de que, para ser jornalista, ele tem de incorporar o seu caráter de cidadão, com os mesmos direitos e obrigações daqueles que irão consumir a sua produção informativa. O jornalista, todavia, é um cidadão privilegiado, pois trabalha com a notícia, que é o produto mais abundante das relações humanas globalizadas, segundo Manuel Carlos Chaparro. E essa conjunção de responsabilidade social e acesso ao produto notícia requer que o jornalista tenha clara a dimensão do interesse público que é subjacente à sua atuação como membro de uma comunidade.

A criação de uma agenda pautada pelo interesse público não é resultado de um conjunto de regras legisláveis, mas, principalmente, de um processo de incorporação de valores sociais e comportamentais representados pela ética profissional, que está contida na ética do próprio cidadão.

Dessa forma, a primeira preocupação da estrutura curricular proposta é a de permitir que alunos e professores tenham condições de erigir e praticar a consciência de valores inerentes à sociedade moderna, democrática e justa.

Mas para praticar esses valores será necessário que o responsável pela apuração e depuração dos fatos jornalísticos, que são veiculados pela mídia, seja levado a internalizar conceitos e procedimentos adquiridos pela observação e prática da crítica do fazer jornalístico. O exercício consciente desse instrumento levará o futuro profissional a estar alerta sobre as mudanças sociais e tecnológicas que movimentam o mundo contemporâneo, desde que faça parte de um ambiente que facilite a sua emancipação intelectual e lhe permita observar o mundo como uma entidade em contínua renovação. Essa emancipação deverá convencer o aluno sobre a necessidade de praticar alguma forma de educação continuada, isto é, de persistente busca de atualização e reciclagem de conhecimentos.

Erguida sobre esses objetivos, a estrutura curricular deverá cumprir e até

ampliar as metas constantes das Diretrizes Curriculares do campo da Comunicação em geral e do Jornalismo em particular. E essa possibilidade é concreta porque tem a formação do homem como objetivo e a formação do profissional como finalidade.

O perfil dos profissionais a orientar a estrutura curricular deverá oferecer ao mercado jornalistas que:

1. tenham capacidade de criar, produzir, distribuir e receber informações nas várias mídias, usando linguagens adequadas e formas de captação e depuração condizentes com o meio;
2. possam fazer análise crítica das mídias e das práticas profissionais relacionando-as às realidades cultural, política e econômica da sociedade;
3. estejam aptos para, como preconiza o texto das Diretrizes, refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais da área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo;
4. tenham visão integradora, mas que consigam reconhecer as partes integradas para entender o fenômeno comunicacional e as relações sociais decorrentes;
5. saibam utilizar as ferramentas de práticas jornalísticas ministradas no curso para construir produtos de bom nível estético;
6. sejam capazes de relacionar os conhecimentos teóricos para avaliar e reorganizar os produtos jornalísticos editados;
7. consigam decifrar, compor e interpretar pesquisas, infografias, gráficos e mapas relacionados com os fatos jornalísticos;
8. entendam o alcance da veiculação de matérias e as consequências que elas podem acarretar aos atores dos fatos veiculados;

9. possam traduzir o senso comum na veiculação das notícias de forma a não causarem desequilíbrio ou comoção social;
10. respeitem preceitos políticos, religiosos, estéticos e morais de minorias sociais;
11. não usem os meios de comunicação como instrumento de manipulação e dominação;
12. sejam agentes da cidadania, que possam ser defensores intransigentes dos direitos e deveres do cidadão por serem indivíduos com reconhecida integridade profissional.

Classes de problemas que estão capacitados a resolver

A estrutura de um curso superior de jornalismo deve estar atrelada a algumas premissas básicas que dêem aos formandos a capacidade de enfrentar os desafios do mercado profissional. Essas premissas são basicamente de fundamentação linguística porque ela é o principal instrumento da comunicação. As bases semânticas das palavras são importantes para que o profissional tenha conhecimento das mudanças e transladações sofridas pela significação delas no tempo e no espaço. A construção sintática do pensamento deve ir além da mera correlação gramatical das palavras. Ela deve estar preocupada com o discurso e as relações que ele tem com a história do momento do fato jornalístico. Longe de ser um estudo de gramática, a sintaxe deve ser entendida como uma acepção rica das ciências da linguagem. Os aspectos pragmáticos da linguagem devem ser estudados além das relações de uso das palavras pelos integrantes da sociedade onde as interações de comunicação acontecem.

Além dessa linguagem codificada, a estrutura deve contemplar, também, outras linguagens, talvez mais universais do que as línguas faladas e escritas, representadas pelas formas de comunicação não verbal que, não raro, são a porta de entrada que levam à mensagem escrita.

A concepção do curso visa a oferecer ao mercado profissional e à sociedade, jornalistas capazes de:

1. registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens que obedeçam aos princípios da ética profissional;
2. interpretar, explicar e contextualizar informações;
3. investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção, para editá-los em espaço e período de tempo limitado tecnicamente;
4. formular pautas e planejar coberturas jornalísticas contextualizando os fatos;
5. formular questões e conduzir entrevistas levando em conta os interesses dos leitores e o respeito às fontes;
6. relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza, respeitando as minorias e as diversidades étnicas e religiosas;
7. trabalhar em equipe com profissionais da área;
8. compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística;
9. desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística;

10. avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos;
11. compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade;
12. buscar a clareza do relato jornalístico, com postura ética e compromisso com a cidadania;
13. dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo leitura, compreensão, interpretação e redação;
14. dominar as linguagens jornalísticas apropriadas aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação.

Objetivos Pedagógicos

Com base nos pressupostos descritos e nas competências e habilidades que se pretende transmitir aos alunos do curso, a estrutura pedagógica da habilitação aponta para os seguintes objetivos educacionais:

1. Cognitivos: oferecer aos alunos amplo conhecimento da cultura brasileira e regional e da enunciação científica extra, intra e interpares;
2. Afetivos: desenvolver nos estudantes profundos princípios éticos e valorizar o respeito à profissão;
3. Psicomotores: dar condições para que os futuros jornalistas estejam sempre atualizados com as mais modernas técnicas de comunicação;

4. Empresariais: ampliar no estudante o conhecimento das características das empresas regionais e sua extensão nos mercados internacionais globalizados;
5. Criatividade: despertar nos futuros profissionais o desejo de crescimento e investigação;
6. Comunicacionais: dar aos profissionais egressos do curso o domínio da língua pátria e conceitos seguros sobre a captação e disseminação dos fatos jornalísticos tanto do ponto de vista legal como das suas consequências junto aos receptores da comunicação.